

ALVARÁ

7.6.1755





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que, havendo restituído aos Indios do Graão Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e commercio, por huma Ley da mesma Data deste; a qual nem se poderia reduzir á sua devida execuçaõ, nem os Indios á completa liberdade, de que dependem os grandes bens espirituaes, e politicos, que constituirão as causas finaes da dita Ley, se ao mesmo tempo se não estabelecesse para reger os sobreditos Indios huma fórma de governo temporal, que, sendo certa, e invariavel, se accommodasse aos seus costumes, quanto possivel fosse, no que he licito, e honesto; porque assim seraõ mais facilmente atrahidos a receber a Fé, e a se metterem no gremio da Igreja: Tendo consideraçaõ ao referido, a que sendo prohibido por Direito Canonico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdocio; e a que ligando esta prohibiçaõ muito mais urgentemente os Parochos das Missões de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inhibirem, assim os Religiosos da Companhia de JESUS, que por força de voto saõ incapazes de exercitarem no foro externo até a mesma jurisdicçaõ Ecclesiastica, como os Religiosos Capuchos, cuja indispensavel humildade se faz incompativel com o imperio da jurisdicçaõ civil, e criminal; nem Deos se poderia servir de que as referidas prohibições expressas nos sagrados Canones, e Constituições Apostolicas, de que Sou Protector nos meus Reinos, e Dominios, para sustentar a sua observancia, a não tivessem por mais tempo depois de me haver sido presente todo o sobredito, nem aquelle Estado poude até agora, nem poderia nunca, ainda naturalmente, prosperar entre huma taõ desusada, e impraticavel confusaõ de jurisdicções taõ incompativeis, como o saõ a espiritual, e temporal, leguindo-se de tudo a falta de administraçaõ de Justiça, sem a qual não ha Povo, que possa subsistir: Sou servido com o parecer das pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, e zelosos do serviço de Deos, e meu, que

que me pareceo ouvir nesta materia, derogar, e cassar o Capitulo primeiro do Regimento dado para o referido Estado em vinte e hum de Dezembro de mil seiscentos oitenta e seis, e todos os mais Capitulos, Leys, Resoluções, e Ordens, quaesquer que ellas sejaõ, que directa, ou indirectamente forem contrarias ás sobreditas Disposições Canonicas, e Constituições Apostolicas, e que contra o nellas disposto, e neste ordenado, permittiraõ aos Missionarios ingerirem-se no governo temporal, de que saõ incapazes: Abolindo as sobreditas Leys, Resoluções, e Ordens, e havendo-as por derogadas, e de nenhum effeito, como se de todas, e cada hum das dellas fizesse aqui especial menção, sem embargo da Ordenação do livro segundo, titulo quarenta e quatro em contrario: E renovando para ter a sua inteira, e inviolavel observancia a Ley estabelecida sobre esta materia em doze de Setembro de mil seiscentos e sessenta e tres em quanto ordena o seguinte.

» **E** U ELREY. Faço saber aos que esta minha Pro-
» vizaõ em fôrma de Ley virem, que, por se ha-
» verem movido grandes duvidas entre os morado-
» res do Maranhão, e os Religiosos da Compa-
» nhia, sobre a fôrma, em que administravaõ os
» Indios daquelle Estado em ordem á Provizaõ, que se pas-
» sou em seu favor no anno de seiscentos cincoenta e cinco,
» das quaes resultaraõ os tumultos, e excessos passados, ori-
» ginado tudo das grandes vexações, que padeciaõ, por se
» não praticar a Ley, que se tinha passado no anno de seis-
» centos cincoenta e tres, em tanto, que chegaraõ a ser ex-
» pulsos os ditos Religiosos de suas Igrejas, e Missões, ao
» exercicio das quaes he muito conveniente, que tornem a
» ser admittidos, visto não haver causa, que obrigue a pri-
» vallos dellas, antes muitas para que seu santo zelo seja alli
» necessario: E desejando Eu atalhar a taõ grandes inconve-
» nientes, e que meus Vassallos logrem toda a paz, e quie-
» tação que he justo: Hey por bem declarar, que assim dos
» ditos Religiosos da Companhia, como os de outra qual-
» quer Religiaõ, não tenhaõ jurisdicção alguma temporal fo-
» bre

» bre o governo dos Indios ; e que a espiritual a tenhaõ tam-
» bem os mais Religiosos , que assistem , e residem naquelle
» Estado ; por ser justo que todos sejaõ Obreiros da Vinha
» do Senhor ; e que o Prelado ordinario com os das Reli-
» giões possaõ escolher os Religiosos dellas , que mais suffi-
» cientes lhes parecerem , e encommendar-lhes as Paroquias ,
» e a cura das almas do Gentio daquellas Aldêas ; os quaes
» poderáo ser removidos todas as vezes , que parecer conve-
» niente ; e que nenhuma Religiaõ possa ter Aldêas proprias
» de Indios forros de administraçãõ : Os quaes no temporal
» poderáo ser governados pelos seus principaes , que houver
» em cada Aldêa : E quando haja queixas delles causadas dos
» mesmos Indios , as poderáo fazer aos meus Governadores ,
» Ministros , e Justiças daquelle Estado , como o fazem os
» mais Vassallos delle.

A qual disposiçãõ Sou servido renovar , e restituir á
sua inteira , e inviolavel observancia na sobredita fórma : Or-
denando que nas Villas sejaõ preferidos para Juizes ordina-
rios , Vereadores , e Officiaes de Justiça , os Indios naturaes
dellas , e dos seus respectivos districtos em quanto os houver
idoneos para os referidos cargos : e que as Aldêas indepen-
dentes das ditas Villas sejaõ governadas pelos seus respecti-
vos principaes , tendo estes por subalternos os Sargentos mó-
res , Capitães , Alferes , e Meirinhos das suas Nações , que
forão instituidos para os governarem : recorrendo as partes ,
que se considerarem gravadas , aos mesmos Governadores , e
Ministros de Justiça , para lha administrarem na conformida-
de das minhas Leys , e Ordens expedidas para aquelle Esta-
do.

Pelo que : Mando aos Capitães Generaes , Governado-
res , Ministros , e Officiaes de Guerra , e das Camaras do Es-
tado do Graõ Pará , e Maranhão , de qualquer qualidade , e
condiçãõ que sejaõ , a todos em geral , e a cada hum em par-
ticular , cumpraõ , e guardem esta Ley , que se registrará nas
Camaras do dito Estado , e por ella Hei por derogadas todas
as Leys , Regimentos , e Ordens , que haja em contrario ao
disposto nesta , que sómente quero que valha , e tenha força ,
e vigor , como nella se contém , sem embargo de não ser pas-

fada pela Chancellaria, e das Ordenações do livro segundo titulo trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regimento em contrario. Lisboa, a sete de Junho de mil setecentos cincoenta e cinco.

REY



Sebastião José de Carvalho e Mello

A *Luará com força de Ley, por que Vossa Magestade ha por bem renovar a inteira, e inviolavel observancia da Ley de doze de Setembro de mil seiscentos cincoenta e tres, em quanto nella se estabeleceo, que os Indios do Grao Pará, e Maranhão sejam governados no temporal pelos Governadores, Ministros, e pelos seus principaes, e Justicas seculares, com inhibição das administrações dos Regulares, derogando todas as Leys, Regimentos, Ordens, e Disposições contrarias.*

Para V. Magestade ver.

Antonio José Galvão o fez

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios estrangeiros, e de Guerra no livro primeiro da Companhia do Grao Pará, e Maranhão.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

